

Poder econômico: iniciativa

O GLOBO Sexta-feira, 31/1/86

O PAIS • 3

de comissão irrita Arinos

As formas de coibir o abuso do poder econômico na eleição da Constituinte serão estudadas e enviadas como sugestões ao Presidente José Sarney para inserção na legislação eleitoral ainda este ano. Pelo menos é o que pretende a subcomissão criada ontem nos comitês temáticos de Poder Legislativo e Organização Partidária e Poder Executivo da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais presidida pelo jurista Afonso Arinos, que é contra a idéia.

O trabalho da subcomissão seria julgado na reunião plenária de todos os comitês amanhã, mas a ausência de mais de uma dezena de membros, que viajarão durante o carnaval, adiou a discussão. Ficou também para 17 de fevereiro a definição sobre a preferência da maioria pelo sistema parlamentarista de Governo, para que se comece a trabalhar o texto constitucional. Ao saber que não poderia contar com o quorum necessário para as decisões, Afonso Arinos suspirou e disse aos repórteres:

— Vocês sabem, o Brasil nasceu três dias depois do carnaval.

Arinos ficou irritado com a proposta da subcomissão, e garantiu que, como Presidente, não permitirá que as sugestões elaboradas levem a chancela da Comissão. Ele entende seu trabalho como eminentemente técnico, e o abuso do poder econômico e sua influência na eleição são "problemas para os partidos políticos".

— No dia em que a Comissão se envolver no ambiente revoltado das lutas partidárias, não conseguiremos fazer nenhum texto constitucional. Não assumo a responsabilidade e nenhuma autoridade cai da minha mão. O abuso do poder econômico não depende da legislação, e sim das condições sociais, econômicas e culturais do País.

Se o grupo quiser sugerir medidas ao Presidente Sarney para que ele envie mensagens para o Congresso apreciar, terá de fazê-lo de forma independente, e Sepúlveda Pertence poderá conduzir o trabalho como homem do Governo e chefe do Ministério Público, entende Afonso Arinos, que se declarou surpreendido pela criação da subcomissão, aprovada quase por unanimidade, apenas com o voto contrário do jurista e ex-Senador Josaphat Marinho.

Mesmo sem a aprovação de Afonso Arinos, o grupo, integrado pelo Procurador Geral da República, Sepúlveda Pertence, pelo vogal da Executiva Regional do PMDB, Raphael de Almeida Magalhães, pelo cientista político Bolívar Lamounier, pelo constitucionalista Ferro Costa e pelo ex-Deputado peemedebista Laerte Vieira, deve começar a reunir-se hoje. A proposta é garantir a lisura do pleito dando ao Ministério Público e à Justiça Eleitoral meios efetivos de fiscalização, por auditorias nos partidos ou outros instrumentos.

Outros temas discutidos ontem nos Comitês do Legislativo e do Executivo foram relativos ao decurso de prazo e delegação de poderes às Comissões Técnicas da Câmara e Senado para decidirem a aprovação ou rejeição de algumas leis em circunstâncias especiais. Defensor do decurso de prazo para diminuir a morosidade do Congresso na pareciação de matéria, Ferro Costa acabou convencido pela argumentação do jurista Célio Borja de que "a autoridade da lei deriva da vontade da maioria, e é seu dever dar quorum para votação".

Paralelamente aos Comitês do Executivo e do Legislativo, reuniram-se os outros oito comitês da Comissão Provisória, discutindo as propostas que serão condensadas em relatórios a serem apresentados sábado, na plenária. No Comitê do Poder Judiciário, o cientista político Hélio Jaguaribe sugeriu a criação de um Tribunal Constitucional, órgão supremo do Poder Judiciário para apreciar a constitucionalidade dos atos do Congresso Nacional, de cada uma de suas Casas, do Presidente da República, do Governo e de autoridades de qualquer nível dos Estados e municípios, com sentenças irrecorríveis; exceção feita ao Congresso Nacional, capaz de revogar decisões por maioria de dois terços.

ANC 88

Pasta Jan/Maio 86

034